

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 87ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 10/11/2022 – 09:00 horas

Membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Representação por procuração
01	SIMA	André Luiz Sanchez Navarro	Titular	Presente	
		Caroline Túbero Bacchin	Suplente	Presente	
02	Sec. da Fazenda e Planejamento	Flávio Makoto Hashimoto	Titular	Ausente	
		Luis Henrique Martins Moreira	Titular	Ausente	
	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Suplente	Presente	
		Adilson Nunes Fernandes	Suplente	Ausente	
03	Sec. de Desenvolvimento Regional	Gabriel Chamma Júnior	Titular	Justificado	
		Ademir Cleto de Oliveira	Titular	Ausente	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Presente	
		José Ferreira Assis	Suplente	Ausente	
04	Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Titular	Presente	
		Marco César Prado	Titular	Ausente	
	DAEE	Felipe Gobet de Aguiar	Suplente	Presente	p/p Caroline Túbero Bacchin
		Sarah Janaina Menuzzo Quental	Suplente	Ausente	
05	Sec. de Agricultura e Abastecimento	Henrique Bellinaso	Titular	Ausente	
		Denis Herisson da Silva	Titular	Ausente	
06	IGAM-MG	Maria de Lourdes Amaral Nascimento	Titular	Ausente	
	Instituto Mineiro de Agropecuária	Mariana Cristina Souza Santos	Suplente	Ausente	
07	P.M. de Limeira	Mário Celso Botion	Titular	Ausente	
		Simone Fernanda Zambuzi	Titular	Presente	
	P.M. de Jundiá	Luiz Fernando Arantes Machado	Suplente	Ausente	
		Martim de França Silveira Ribeiro	Suplente	Ausente	
08	P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	Rafael Piovezan	Titular	Ausente	
		Laerson Andia Júnior	Titular	Ausente	
	P.M. de Cordeirópolis	José Adinan Ortolan	Suplente	Ausente	
		Joaquim Dutra Furtado Filho	Suplente	Ausente	
09	P.M. de São Pedro	Thiago Silvério da Silva	Titular	Presente	p/p Danilo de Albuquerque
		Danilo de Albuquerque	Titular	Presente	
	P.M. de Holambra	Fernando Henrique Capato	Suplente	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Suplente	Presente	
10	P.M. de Louveira	Estanislau Steck	Titular	Presente	
		Mateus Bento Batista Arantes	Titular	Presente	
	P.M. de Americana	Francisco Antonio Sardelli	Suplente	Ausente	
		Carlos Cesar Gimenez Zappia	Suplente	Presente	
11	P.M. de Saltinho	Hélio Franzol Bernardino	Titular	Presente	
		João Francisco de Lima	Titular	Ausente	
	P.M. de Piracaia	José Silvino Cintra	Suplente	Presente	p/p Stela Dalva Sorgon
		Stela Dalva Sorgon	Suplente	Presente	
12	P.M. de Camanducaia	Rodrigo Alves de Oliveira	Titular	Ausente	
		Saulo Tarsis Paiva Vieira	Titular	Presente	
	P.M. de Toledo	Édio Donizeti Leme	Suplente	Ausente	
		Damião Aparecido do Couto	Suplente	Presente	
13	ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme	Titular	Presente	
		Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Suplente	Presente	
14	SABESP	Maurício Polezi	Titular	Presente	
	Wilson Aparecido Stocco	Titular	Presente		
15	ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão	Suplente	Presente	
	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella	Titular	Presente	
	UNICA	André Elia Neto	Suplente	Presente	

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 87ª Reunião Ordinária da CT-PL

#### Reunião por videoconferência – 10/11/2022 – 09:00 horas

16	CIESP-DR Limeira	Jonas Vitti	Titular	Presente	
	CIESP-DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno	Suplente	Presente	
17	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Titular	Presente	
	Sindicato Rural de Campinas	Luís Fernando Amaral Binda	Suplente	Presente	
18	FIEMG	Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira	Titular	Ausente	
	SINMEC	Raquel da Silva	Suplente	Ausente	
19	AEAN	Edmo José Stahl Cardoso	Titular	Presente	
	ABES-SP	Luis Eduardo Gregolin Grisotto	Suplente	Ausente	
20	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
		Jussara Cordeiro Santos	Titular	Ausente	
	SINDAE	Renan Roncolato Pereira de Almeida	Suplente	Ausente	
21	Rotary International-D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente	
22	IPSA-C	Rodrigo Hajjar Francisco	Titular	Presente	
	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Suplente	Presente	
23	INEVAT	Francisco Antonio Moschini	Titular	Presente	
	Associação Terceira Via	Nelson Luiz Neves Barbosa	Suplente	Presente	
24	BIOSS	Sidney José da Rosa	Titular	Presente	
	CREA-MG	Érika Albino de Souza Macedo Cruz	Suplente	Ausente	

Membros sem direito a voto				
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
CT-AS	IPA	Sibele Ezaki	Coordenador	Ausente
	IPT	José Luiz Albuquerque Filho	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-EA	ASSEMAE	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira	Coordenadora	Justificado
	INEVAT	Francisco Antônio Moschini	Coordenador-adjunto	Presente
CT-ID	EESC/SHS	Tadeu Fabrício Malheiros	Coordenador	Ausente
	ABES-SP	Dafne Côrrea da Silva	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-Indústria	CIESP-DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Presente
	CIESP-DR Campinas	Jairo Alves Júnior	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-MH	FIESP	Alexandre Luís Almeida Vilella	Coordenador	Presente
	ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Coordenador-adjunto	Presente
	SANASA	Luís Filipe Rodrigues	2º Coordenador-adjunto	Presente
CT-OL	INEVAT	Cecília de Barros Aranha	Coordenadora	Presente
	DAEE	Ariana Rosa Bueno Damiano	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-PB	DAEE	Caroline Túbero Bacchin	Coordenador	Presente
	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-RN	IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi	Coordenador	Presente
	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Coordenador-adjunto	Presente
CT-Rural	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Coordenador	Presente
	SAA	Denis Herisson da Silva	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-SA	P.M. de Louveira	Mateus Bento Batista Arantes	Coordenador	Presente
	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-SAM	ABES-SP	Roseane Maria Garcia Lopes de Souza	Coordenadora	Presente
	FT/UNICAMP	Cassiana Maria Reganhan Coneglian	Coordenadora-adjunta	Presente

Demais presentes	
Sigla da Entidade	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sergio Razera – Diretor-presidente
	Ivens de Oliveira – Diretor Administrativo e Financeiro

# Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 87ª Reunião Ordinária da CT-PL

#### Reunião por videoconferência – 10/11/2022 – 09:00 horas

	Patrícia Barufaldi – Diretora Técnica
	Eduardo Léo – Coordenador de Sistemas de Informação
	Elaine Franco de Campos – Coordenadora de Projetos
	Katia Rossi Gotardi Piccin – Coordenadora de Gestão
	Vanessa Cristina Bortolazzo Longato – Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos
	Everton Campos Quiararia – Assessor de Comunicação
	Marina Barbosa – Assessora Ambiental
	Allan Patrick
	Ana Beatriz Sepulveda
	Bianca Caroline Leite
	Danilo Carlos Ferreira Costa
	Diogo Pedrozo
	Douglas Brunelli
	Fábio Coca
	Felipe Ferreira
	Gabriel Sobreira
	Gabriela Durrez Lopes Giusti
	Jairo Campos
	Kátia Cezarino
	Kaique Barretto
	Larissa Lucianetti
	Leonardo L. Baumgratz
	Lívia Maria Ongaro Modolo
	Lilian Cruz
	Luiz Colassio
	Rebeca Silva
	Roberta Dalfré
	Suzana Darahem
	Tainá Lima de Moura
	Thamiris Cardoso
	Tiago Georgette
ASSEMAE	Marco Antônio dos Santos
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Célia Maria de Campos
P.M. de Limeira	Tiago Bacarin
P.M. de Saltinho	Aline Maria Leite de Moraes
SEMAE	Maurício Oliveira
SIMA	Laura Stela Naliato Perez

**Pauta e abertura.** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por meio de mensagem eletrônica em 03/11/2022. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum para o início da reunião. Na sequência, foi transmitido um vídeo com as normas para a realização de reuniões por videoconferência e informado que a reunião seria gravada para posterior confecção da ata. Em

15 seguida, o Sr. André passou a palavra, para as saudações iniciais, ao Sr. Sidney José da Rosa, representante da Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS), 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL e

20 Presidente do CBH-PJ1; ao Sr. Damião Aparecido do Couto, representante da Prefeitura Municipal de Toledo e Secretário-executivo do CBH-PJ1, ao Sr. Marco Antônio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de

25 Saneamento (ASSEMAE) e Vice-presidente do CBH-PCJ, ao Sr. Estanislau Steck, Prefeito do Município de Louveira, ao Sr. Hélio Franzol Bernardino, Prefeito do Município de Saltinho e ao

# Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 87ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 10/11/2022 – 09:00 horas

30 Sr. Maurício André Marques de Oliveira, representante do Município de Piracicaba, que desejaram a todos uma excelente reunião. Dando continuidade, o Sr. André apresentou a pauta da reunião, questionando aos membros se havia alguma consideração sobre seu conteúdo. Não  
35 havendo manifestações, a pauta foi considerada aprovada por unanimidade, dando-se início aos trabalhos. **2. Aprovação das atas da 11ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB e da 86ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizadas em 02/09/2022, por videoconferência.** O Sr. André  
40 Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos  
45 membros sobre a necessidade de leitura das minutas de atas da 11ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB e da 86ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizadas em 02/09/2022, ambas por  
50 videoconferência. As leituras foram dispensadas por unanimidade e o Sr. André abriu para manifestações sobre seus conteúdos. O Sr. Petrus Bartholomeus Weel, representante da Prefeitura Municipal de Holambra, questionou o termo  
55 “hídrico” descrito na linha 409, da minuta de ata da 86ª Reunião Ordinária da CT-PL. O Sr. André solicitou a alteração do termo para “híbrido”. Não havendo mais manifestações, o conteúdo da minuta foi colocado em votação, sendo aprovado por  
60 unanimidade com alteração. **3. Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (POA-PCJ), para o exercício 2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de  
65 Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o presente item de pauta trata da minuta de deliberação dos Comitês PCJ que aprova o Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias Hidrográficas dos Rios  
70 Piracicaba, Capivari e Jundiá – POA-PCJ, para o exercício 2023. Informou que o Contrato de Gestão nº 033/ANA/2020, celebrado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com  
75 interveniência dos Comitês PCJ, estabelece que anualmente a Fundação Agência das Bacias PCJ deve elaborar o Plano de Execução Orçamentária Anual (POA), instrumento orçamentário, vinculado ao Plano de Aplicação Plurianual das Bacias  
80 Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ 2021-2025, contendo o

detalhamento das ações a serem executadas com recursos de investimentos e de custeio administrativo da Fundação Agência das Bacias  
85 PCJ. Em seguida, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Diogo Pedrozo, Analista Técnico da Coordenação de Sistemas de Informações (CSI) da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explanou sobre a estrutura do Plano de Execução  
90 Orçamentária Anual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – POA-PCJ. Sobre o assunto, o Sr. Diogo informou que o investimento total previsto para o POA-PCJ é na ordem de R\$ 34.079.498,74 (trinta e quatro milhões,  
95 setenta e nove mil, quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos), os quais serão distribuídos na quantia de R\$ 15.579.922,52 (quinze milhões, quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e vinte e dois reais e cinquenta e dois  
100 centavos) para a finalidade Gestão de Recursos Hídricos; de R\$ 8.768.591,61 (oito milhões, setecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e noventa e um reais e sessenta e um centavos) para a finalidade Agenda Setorial; para a finalidade Apoio  
105 ao Comitê de Bacia Hidrográfica de R\$ 8.185.199,59 (oito milhões, cento e oitenta e cinco mil, cento e noventa e nove reais e cinquenta e nove centavos) e a finalidade Manutenção do Comitê de Bacia Hidrográfica e da Entidade  
110 Delegatária de R\$ 2.545.785,02 (dois milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, setecentos e oitenta e cinco reais e dois centavos). Além das finalidades e quantitativos, o Sr. Diogo especificou os programas associados e a previsão de seus  
115 investimentos. Na sequência, o Sr. André abriu para manifestação dos presentes e não havendo, submeteu a minuta de deliberação que aprova o Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e  
120 Jundiá – POA-PCJ, para o exercício 2023, e dá outras providências, a votação, sendo aprovado por unanimidade, para ser encaminhada aos plenários dos Comitês PCJ. **4. Plano de Trabalho e proposta orçamentária anual da Fundação Agência das Bacias PCJ, para o exercício 2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou tratar-se  
125 da estrutura do Plano de Trabalho e da Proposta Orçamentária referentes ao custeio administrativo para o exercício de 2023, com previsão de salários e encargos dos funcionários e de investimentos da Fundação Agência das Bacias PCJ. Na sequência, o  
130

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 87ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 10/11/2022 – 09:00 horas

135 Sr. André passou a palavra para o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explanou sobre o assunto, evidenciando que o Plano de Trabalho e a Proposta Orçamentária, para o exercício 2023, foram aprovados pelo Conselho Deliberativo da Fundação Agência das Bacias PCJ, em reunião realizada em 04/11/2022. O Sr. Ivens informou que o Plano de Trabalho e a Proposta Orçamentária foram elaborados com embasamento nos instrumentos de planejamento financeiro, administrativo e estratégico da Fundação Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ, citando como exemplos: Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ 2021-2025); Planejamento Estratégico da Fundação Agência das Bacias PCJ 2020-2023; Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ 2022-2025; Plano de Capacitação e de Comunicação dos Comitês PCJ 2022-2025; entre outros. Em seguida, o Sr. Ivens apresentou os descritivos das ações e respectivas justificativas de execução para cada área de atuação da Fundação Agência das Bacias PCJ. Na sequência, explanou sobre as ações em andamento e o planejamento de novas ações para o exercício de 2023. Quanto à proposta orçamentária para o período de 2023, o Sr. Ivens apresentou uma proposta de reestruturação administrativa e de cargos para a Fundação Agência das Bacias PCJ. Após as explanações, o Sr. André abriu para manifestação dos presentes e passou a palavra para a Sra. Roseane Maria Garcia Lopes de Souza, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) e Coordenadora da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM), que questionou sobre a redação da referida minuta de deliberação, especificamente na tabela “Coordenação de Gestão”, ação número 01, relacionada à ampliação e divulgação do programa de capacitação (“Escola da Água e Saneamento” do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Consórcio PCJ), fomento e incentivo à capacitação de operadores. O Sr. André sucedeu a alteração da redação no item “Justificativa”, incluindo a sigla ETAs (Estações de Tratamento de Água), passando a redação para (...) “desta forma, deverão ser identificadas as maiores dificuldades dos operadores de ETAs e ETES, de modo a preparar cursos capazes de atender as necessidades dos operadores e possibilitar o alcance das metas dos Comitês PCJ”. Não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de deliberação que aprova plano de trabalho e proposta

orçamentária anual da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – exercício 2023 e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada aos plênarios dos Comitês PCJ. **5. Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos na temática de saneamento, para o exercício de 2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que conforme previsão orçamentária constante da Deliberação dos Comitês PCJ nº 417/22, de 04/10/2022, que atualizou o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP-PCJ), para o exercício 2021 a 2025 e de acordo com as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) nas Resoluções ANA nº 122/2019 e nº 53/2020, que tratam, respectivamente, dos procedimentos para o financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos; e da regulamentação da modalidade Chamamento Público de Projetos, a presente minuta de deliberação trata sobre Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos, com recursos da Cobrança PCJ FEDERAL, na temática de saneamento. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Lívia Maria Ongaro Modolo, Analista Técnica da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explanou que as ações financiáveis definidas no referido Ato Convocatório estão de acordo com o que estabelece o Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o período 2020 a 2035, o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP-PCJ 2021-2025) e Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (POA-PCJ 2023). A Sra. Lívia enfatizou os Programas de Duração Continuada (PCDs) e suas ações, sendo: i) PDC 1/1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos, nas ações de elaboração de estudos ou planos para implantação, expansão e adequação de sistemas de drenagem urbana e elaboração de estudos de viabilidade para aumento da disponibilidade hídrica; ii) PDC 6/6.2 - Regularização de vazão de cursos d’água, na ação de elaboração de projetos visando o aumento de regularização de vazões em mananciais existentes e

## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 87ª Reunião Ordinária da CT-PL

#### Reunião por videoconferência – 10/11/2022 – 09:00 horas

novos barramentos; e iii) PDC 7 / 7.1 - Ações estruturais de micro ou macrodrenagem para mitigação de inundações e alagamentos, na ação de elaboração de projetos para implantação, expansão e adequação de sistemas de drenagem urbana. Ressaltou que as ações de elaboração de estudos ou planos para implantação, expansão e adequação de sistemas de drenagem urbana e elaboração de projetos para implantação, expansão e adequação de sistemas de drenagem urbana são destinadas apenas para os municípios do Estado de Minas Gerais. A Sra. Lívia informou o período de inscrições, as datas definidas no calendário geral, as regras gerais com destaque para os valores máximos e mínimos dos planos e projetos nas áreas temáticas. Também informou sobre os municípios elencados na priorização do Plano das Bacias PCJ (PBH-PCJ 2020-2035). Dando prosseguimento, o Sr. André abriu para manifestações dos membros, não havendo, submeteu a minuta de Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 423/22, de 10/11/2022, que aprova o Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 001/2022, que define critérios gerais para a aplicação de recursos da Cobrança PCJ Federal na temática de saneamento para o exercício de 2023, à votação, sendo aprovada por unanimidade, para ser encaminhada para assinatura dos presidentes dos Comitês PCJ. **6. Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos na temática de proteção e conservação dos recursos hídricos, para o exercício de 2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou tratar-se de uma deliberação *ad referendum* que define critérios gerais para a aplicação de recursos da Cobrança PCJ Federal na temática de proteção e conservação dos recursos hídricos, para o exercício 2023. Em seguida, passou a palavra para a Sra. Marina Peres Barbosa, Assessora Técnica da Assessoria Ambiental da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explanou que mediante as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), estabelecidas nas Resoluções ANA nº 122/2019 e nº 53/2020, que tratam, respectivamente, dos procedimentos para o financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos; e da regulamentação da modalidade Chamamento Público de Projetos; e nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 368/21, de 24/06/2021, e suas

alterações, por meio das quais foram definidos 295 critérios gerais para a aplicação dos recursos da CFURH e das Cobranças PCJ Paulista e Federal pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, referentes aos exercícios de 2022 a 2025 e conforme a disponibilidade de dotação orçamentária prevista na Deliberação dos Comitês PCJ nº 417/22, de 04/10/2022, que atualizou o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ 2021-2025, a Sra. Marina apresentou o Programa da Política de Mananciais PCJ, os PDCs e Sub-PDCs, sendo: i) Programa I PDC 4 / 4.1 - Controle de processos erosivos, com ações financeáveis de intervenções para controle de erosões e/ou outras técnicas relacionadas à conservação de solo necessárias à adequação ambiental de propriedades rurais constantes de PIPs, voltadas à proteção de mananciais de interesse para o abastecimento público; ii) Programa II PDC 4 / 4.2 - Soluções baseadas na natureza, com ações de incentivo econômico a proprietários rurais geradores de serviços ambientais visando prestar apoio às ações de um Programa de PSA municipal, restauração ecológica, podendo ser incluídas no pleito de forma integrada intervenções para reflorestamento, cercamento visando isolamento dos fatores de degradação, controle de erosões e/ou outras técnicas relacionadas à conservação de solo necessárias ao referido reflorestamento, e saneamento rural, voltados à adequação ambiental de propriedades rurais que possuam PIPs, e atreladas a um Programa de PSA municipal e Unidade Coordenadora de Execução – UCE - contratação de empresa visando prestar apoio na estruturação e no monitoramento das ações de um Programa de PSA municipal, e iii) Programa I PDC 4 / 4.3 - Proteção de mananciais de abastecimento público na ação de Unidade Coordenadora de Execução (UCE): contratação de empresa visando prestar apoio na prospecção de áreas em um Projeto/Programa de Proteção de Mananciais municipal; intervenções de restauração ecológica, podendo ser incluídas intervenções visando reflorestamento, cercamento para isolamento dos fatores de degradação, controle de erosões e/ou outras técnicas relacionadas à conservação de solo necessárias ao referido reflorestamento pleiteado, e saneamento rural, para adequação ambiental de propriedades rurais constantes de PIPs, voltadas à proteção de mananciais de interesse para o abastecimento público. Em seguida, a Sra. Marina informou o período de inscrições, as datas definidas no

## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 87ª Reunião Ordinária da CT-PL

#### Reunião por videoconferência – 10/11/2022 – 09:00 horas

350 calendário geral, as regras gerais dos planos e projetos nas áreas temáticas. Informou ainda os municípios elencados na priorização do Plano das Bacias PCJ 2020-2035. Dando prosseguimento, o Sr. André abriu para manifestações dos membros e passou a palavra para o Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, representante do Instituto de Zootecnia (IZ) e Coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN), que complementou que as áreas priorizadas dos municípios para a temática Conservação e uso do solo e da água no meio rural e recomposição florestal, segundo critérios do Plano das Bacias PCJ 2020-2035, necessariamente não são todas as áreas que estão aptas e/ou preparadas para receber os investimentos financeiros do referido Ato Convocatório. O Sr. Demarchi afirmou que as oficinas preparatórias que serão oferecidas periodicamente pela Assessoria Ambiental da Fundação Agência das Bacias PCJ são de grande relevância para a operacionalização e condução dos processos pelos interessados. Na sequência, o Sr. André relatou um questionamento do Sr. Flávio Forti Stenico, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), realizado no chat da plataforma de videoconferência, que questionou quando o referido Ato Convocatório entrará em vigor. O Sr. André esclareceu que a presente deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP). Dando prosseguimento e não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 424/22, de 10/11/2022, que aprova o Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 002/2022, que define critérios gerais para a aplicação de recursos da Cobrança PCJ Federal na temática de proteção e conservação dos recursos hídricos para o exercício de 2023, à votação, sendo aprovada por unanimidade, para ser encaminhada para assinatura dos presidentes dos Comitês PCJ. **7. Indicação de área no âmbito do Programa I da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ, com recursos da Cobrança PCJ Federal.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou que a presente deliberação diz respeito a indicação de área no âmbito do Programa I da Política de Recuperação, Conservação e

400 Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, para contratação com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União – Cobrança PCJ Federal, constantes do PAP-PCJ 2021-2025, exercício 2022. O Sr. André explicou que foram inscritas propostas referentes a 02 (duas) áreas, conforme regras estabelecidas pela Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 354/21, de 05/03/2021, sendo as propostas enquadradas no Programa I apresentadas pelas Prefeituras Municipais de Cordeirópolis/SP e Rio Claro/SP. A área de interesse proposta pela Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP, pertencente à Classe 5 de prioridade - “Muito Alta”, estabelecida no Plano das Bacias PCJ 2020-2035 na temática “Conservação e Uso do Solo e da Água no Meio Rural e Recomposição Florestal”, foi classificada, tendo atendido aos requisitos para elegibilidade e priorização na análise técnica realizada pela Fundação Agência das Bacias PCJ e pelo Grupo de Trabalho Mananciais (GT-Mananciais) dos Comitês PCJ. Em seguida, a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, complementou informando que a Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 354/21, de 05/03/2021, que dispõe sobre a definição de cronograma e regras para seleção de áreas de interesse para desenvolvimento de ações do Programa I no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, para o Programa de Duração Continuada 4 – Proteção dos Corpos D’água, com recursos da Cobrança PCJ Federal, referente ao orçamento do PAP-PCJ 2021-2025, tem o processo de seleção em caráter contínuo, devendo um novo edital de seleção ser publicado apenas após o atendimento a todas as áreas classificadas nos termos desta deliberação. Dando prosseguimento, o Sr. André abriu para manifestação dos membros e passou a palavra para o Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal “Navarro de Andrade” (AAMHOR) e Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN), que informou que a Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP está se organizando para indicação de mais 02 (duas) áreas na temática “Conservação e Uso do Solo e da Água no Meio Rural e Recomposição Florestal”. O Sr. André parabenizou as iniciativas do município, em seguida e não havendo mais manifestações, submeteu a minuta de

## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 87ª Reunião Ordinária da CT-PL

#### Reunião por videoconferência – 10/11/2022 – 09:00 horas

455 deliberação dos Comitês PCJ que indica área no âmbito do Programa I da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, para contratações com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União – Cobrança PCJ Federal, constantes do PAP-PCJ 460 2021-2025 – exercício 2022, à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade para encaminhamento aos Plenários dos Comitês PCJ. **8. Orçamento das Câmaras Técnicas (CTs) dos Comitês PCJ, para o exercício 2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou que a presente proposta de minuta de deliberação trata da aprovação do orçamento das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, para o ano de 2023. A proposta apresentada foi discutida com os coordenadores das Câmaras Técnicas no âmbito do GT-Integração da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e 475 fundamentada nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21, de 30/03/2021, que aprovou o Regimento Geral das Câmaras Técnicas (CTs) dos Comitês PCJ. Baseada ainda nas ações, atividades e temas a serem desenvolvidos pelas Câmaras 480 Técnicas (CTs) para os anos de 2022 e 2023, conforme Plano de Trabalho aprovados pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 392/21, de 10/12/2021 e a disponibilidade de recursos financeiros, para esta finalidade, previstos no Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP-PCJ 2021-2025) e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) destinados ao custeio de atividades do colegiado, relacionado à subconta do CBH-PCJ. Em seguida, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Tiago Valentim Georgette, Assessor Técnico da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que 495 complementou informando que a referida deliberação define as normas gerais e os procedimentos, incluindo orçamento anual específico para cada uma das Câmaras Técnicas (CTs) dos Comitês PCJ, destinados ao suporte à realização de atividades, no exercício de 2023. Quanto às normas, procedimentos e orçamento das Câmaras Técnicas (CTs), o Sr. Tiago reforçou que: i) as despesas foram classificadas em 3 grupos específicos, a saber: Grupo I – Despesas de viagens correspondente ao pagamento de diárias aos

membros das CTs; Grupo II – Despesas com organização de reuniões de Câmaras Técnicas (CTs), incluindo *coffee break* e outros materiais e serviços para suporte às reuniões presenciais; e 510 Grupo III – Despesas para organização de eventos decorrentes da previsão na Categoria C do Plano de Trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, para o biênio 2022-2023; ii) as contratações referentes à realização das atividades previstas nos 515 Grupos I, II e III, supramencionadas, serão realizadas pela Fundação Agência das Bacias PCJ, mediante solicitação da coordenação da respectiva Câmara Técnica, fundamentada na previsão da atividade no Plano de Trabalho aprovado pelos 520 Comitês PCJ, em acordo com as orientações das Notas Técnicas da Fundação Agência das Bacias PCJ; e iii) para a efetivação das contratações devem ser atendidos os pré-requisitos e condicionantes descritas na presente deliberação. Em seguida, o Sr. 525 Tiago apresentou o quadro de custeio das atividades das Câmaras Técnicas (CTs), somados a quantia prevista de R\$ 432.668,88 (quatrocentos e trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos). Dando prosseguimento, o Sr. 530 André abriu para manifestação dos membros e não havendo, submeteu a minuta de deliberação dos Comitês PCJ que aprova o Orçamento das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, para o ano de 2023, e dá outras providências, à votação, sendo a mesma 535 aprovada por unanimidade para encaminhamento aos Plenários dos Comitês PCJ. **9. Planejamento Anual de Atividades (PAA) dos Comitês PCJ, para o exercício 2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que a presente minuta de deliberação trata da aprovação do Planejamento Anual de Atividades - PAA dos Comitês PCJ, para 540 o ano de 2023. O Sr. André complementou informando que em razão do Contrato de Gestão celebrado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com intervenção dos Comitês 550 PCJ, que estabelece que a Fundação Agência das Bacias PCJ deve elaborar, o “Planejamento Anual de Atividades – PAA do CBH e de suas instâncias”, conforme as diretrizes do planejamento estratégico e em conformidade com as orientações dos 555 Plenários e Diretoria dos Comitês PCJ. A Fundação Agência das Bacias PCJ encaminhou à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, por meio do Ofício Agência das Bacias PCJ nº 176/2022, de

## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 87ª Reunião Ordinária da CT-PL

#### Reunião por videoconferência – 10/11/2022 – 09:00 horas

01/11/2022, uma proposta de Planejamento Anual de Atividades – PAA para os Comitês PCJ, referente ao ano de 2023. O Sr. André apresentou a relação das reuniões previstas no Indicador 1 – Nível de organização do Planejamento anual de atividades – PAA do Comitê de Bacia Hidrográfica – CBH e suas instâncias pela entidade delegatária, totalizando em 90 (noventa) reuniões planejadas para o período. Dando prosseguimento, o Sr. André abriu para manifestação dos membros e não havendo, submeteu a minuta de deliberação dos Comitês PCJ que aprova o Planejamento Anual de Atividades – PAA dos Comitês PCJ, para o ano de 2023, à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade para encaminhamento aos Plenários dos Comitês PCJ. **10. Plano de Trabalho Anual requerido no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), para o exercício 2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou que a elaboração e aprovação de um Plano de Trabalho Anual (PTA) dos Comitês PCJ é uma demanda do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS) da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). O referido Programa demanda que seja encaminhado à ANA, o PTA, com a assinatura do representante legal dos Comitês PCJ. O Sr. André complementou que o referido PTA é um extrato das ações propostas pelos Comitês PCJ, para o ano de 2023 e que a planilha para o preenchimento das ações é encaminhada pela ANA, possuindo como interveniente a Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) do Estado de São Paulo. Dando prosseguimento, o Sr. André abriu para manifestações dos membros, e não havendo, submeteu o PTA requerido no âmbito do PROCOMITÊS, para o exercício 2023, à votação, sendo aprovado por unanimidade para ser encaminhado à CRHi, conforme cronograma de atividades estabelecido pelo PROCOMITÊS da ANA. **11. Atividades realizadas pelo Grupo de Trabalho “Operação Estiagem PCJ – 2022” e continuidade dos trabalhos.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou que a presente minuta de deliberação trata sobre as diretrizes para a

realização das Operações de Estiagem PCJ. Sobre a Operação Estiagem PCJ 2022, o Sr. André relatou que foi instituída por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 401/22, de 10/12/2021, promovendo continuidade à operação realizada em 2021 e orientada pelo Plano de Trabalho aprovado pelo GT-Estiagem em 22/06/2021 (atualizado em 29/07/2021). O Sr. André fez uma abordagem sobre o Plano de Trabalho, informando que foi integrado ações de comunicação social e sensibilização da comunidade e dos usuários de recursos hídricos em relação à estiagem (Ações 1 a 4); divulgação de dados e informações técnicas relacionados ao monitoramento da estiagem (Ação 5); e fomento a ações municipais para o enfrentamento dos efeitos da estiagem (Ação 6). Em seguida, o Sr. André detalhou as referidas ações e os moldes de suas execuções. Sobre a presente minuta de deliberação, o Sr. André apresentou que diante da necessidade de mobilização permanente para o enfrentamento das consequências dos eventos climáticos extremos no território das Bacias PCJ, os quais têm provocado, com frequência, condições hidrometeorológicas adversas, com chuvas e vazões abaixo das médias históricas, a proposta trouxe a formalização da “Operação de Estiagem PCJ” ser instituída quando for caracterizada a necessidade de planejamento para o enfrentamento, de forma coordenada, coletiva e integrada, de possíveis problemas aos usuários de recursos hídricos das Bacias PCJ, decorrentes da escassez de recursos hídricos. A decisão sobre a proposta de instituição da “Operação de Estiagem PCJ” será realizada no âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL). Após aprovada a proposta de instituição da “Operação de Estiagem PCJ”, será instituído o Grupo de Trabalho Estiagem (GT-Estiagem), que terá a seguinte composição: i) Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que exercerá a coordenação do grupo; ii) representantes da Fundação Agência das Bacias PCJ; iii) representantes de usuários ou de entidades representativas de usuários de recursos hídricos, a serem definidos pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), entre seus membros, sendo: a) 1 (uma) vaga para o setor de abastecimento de água e lançamento de efluentes urbanos; b) 1 (uma) vaga para o setor de indústrias, comércio, prestadores de serviços e mineração; c) 1 (uma) vaga para o setor de irrigação e uso agropecuário; d) 1 (uma) vaga para consórcios ou associações de usuários de recursos hídricos; iv) representantes de coordenações das Câmaras Técnicas dos Comitês

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 87ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 10/11/2022 – 09:00 horas

665 PCJ, conforme definição da CT-PL; v) representantes das agências de regulação dos serviços de saneamento com atuação no território das Bacias PCJ; vi) representantes dos órgãos gestores de recursos hídricos com atuação no território das Bacias PCJ, com participação na CT-PL ou por eles indicados; e vii) representantes do Ministério Público. Dando prosseguimento, o Sr. André abriu para manifestação dos membros e não havendo, submeteu a minuta de deliberação dos Comitês PCJ que estabelece diretrizes para a realização das Operações de Estiagem PCJ, e dá outras providências, à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade para encaminhamento aos Plenários dos Comitês PCJ. **12. Apreciação de Parecer Técnico do GT-Empreendimentos nº 15/2022, sobre o empreendimento “Centro Empresarial Espaço Gaia Théia”, no município de Jarinu/SP.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que a Deliberação dos Comitês PCJ nº 116/11, de 28/06/2011 estabelece, no inciso I do artigo 2º, que o GT-Empreendimentos tem a atribuição de coordenar e consolidar a análise e manifestação sobre empreendimentos que forem encaminhados aos Comitês PCJ, nos termos da Resolução SMA nº 54, de 30/07/2008, e da Deliberação CRH nº 87, de 28/10/2008. Foi recebido o Ofício CETESB nº 512/17/IE, datado de 25/07/2017, por meio do qual o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) formalizou solicitação aos Comitês PCJ para manifestação quanto à viabilidade de implantação do empreendimento “Centro Empresarial Espaço Gaia Théia”, localizado no município de Jarinu/SP, sob responsabilidade de Théia Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. O Sr. André explicou que a presente minuta de deliberação trata da aprovação do Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 15/2022, referente ao empreendimento Centro Empresarial Espaço Gaia Théia, no município de Jarinu/SP. Analisando os estudos e informações complementares, com base nos itens levantados no Parecer Técnico GT-Empreendimento nº 15/2022, o GT considerou que a documentação complementar encaminhada atende integralmente às recomendações solicitadas, não havendo óbices, quanto à implantação do empreendimento. Dando prosseguimento, o Sr. André abriu para manifestação dos membros e não

havendo, submeteu a minuta de deliberação dos Comitês PCJ que referenda o Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 15/2022, sobre o empreendimento Centro Empresarial Espaço Gaia Théia, no município de Jarinu/SP, à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade para encaminhamento aos Plenários dos Comitês PCJ. **13. Inclusão de data no calendário de reuniões da CT-PL.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou que em razão do Processo Eleitoral dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), que ocorreu no ano de 2021, ficou a pendência do agendamento prévio de uma reunião da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) que deverá ocorrer logo após o Processo Eleitoral dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), referente ao mandato 2023-2025. Em razão do agendamento, o Sr. André realizou a proposta de inclusão da 57ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), prevista para ocorrer em 28/04/2023, por videoconferência, que dentre outras pautas, prevê o calendário de reuniões para o mandato 2023-2025. Dando prosseguimento, o Sr. André abriu para manifestação dos membros e não havendo, a inclusão da 57ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), a ser realizada em 28/04/2023, foi aprovada por unanimidade. **14. Informes: 14.1 da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que: a) em 24/10 foi aberto o Processo Eleitoral dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), mandato 2023-2025, conforme os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 416/22, de 04/10/2022. Usuários de recursos hídricos não associados (do setor de Abastecimento Público), entidades representativas de usuários de recursos hídricos e organizações civis terão o prazo de 24/10 a 29/12 para se inscreverem. As inscrições deverão ser realizadas através do encaminhamento dos documentos ao e-mail da SE/PCJ (se.pcj@comites.baciaspcj.org.br). Mais informações e documentos estão disponíveis no site da Agência das Bacias PCJ (www.agencia.baciaspcj.org.br); b) em razão de uma adequação no anexo da Deliberação dos Comitês PCJ nº 416/22, de 04/10/2022, a

## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 87ª Reunião Ordinária da CT-PL

#### Reunião por videoconferência – 10/11/2022 – 09:00 horas

775 Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 422/22, de 03/11/2022 altera a redação dos incisos I e II, do artigo 6º, do Anexo da Deliberação dos Comitês PCJ nº 416/22, de 04/10/2022, com vistas a compatibilizá-la com as novas redações do Estatuto do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, aprovadas por meio das Deliberações dos Comitês PCJ nº 413/22 e nº 414/22, de 04/10/2022, durante sua 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ; c) em 19/10/2022, os Ofícios CT-MH nº 05/2022 e Comitês PCJ nº 192/2022 foram protocolados na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e encaminhados ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), solicitando, em caráter excepcional, volume adicional ao disponibilizado às Bacias PCJ até o final do período seco de 2022, respeitando as Resoluções Conjuntas ANA/DAEE nº 925/2017 e nº 926/2017; d) está aberta a consulta pública para o recebimento das contribuições e considerações para o Relatório dedicado a Formulação de Programas, Projetos e Ações. Uma vez definida as diretrizes, prioridades e estratégias, e utilizando do diagnóstico traçado, este relatório objetiva formular programas, projetos e ações a fim de atender as metas estabelecidas no Novo Marco Legal do Saneamento, como também evoluir o setor do saneamento em decorrência das deficiências diagnosticadas em relatórios anteriores. As sugestões poderão ser feitas até 11/11/2022. O Produto 4 - Formulação de Programas, Projetos e Ações se encontra no link: <https://smastr16.blob.core.windows.net/pesbsp/site/s/258/2022/10/ri08a-h0r-rp-001-f.pdf>, e o link do formulário para contribuições: <https://tinyurl.com/cpproduto4>; e) em 07/11/2022, a CT-MH realizou de forma presencial a 235ª Reunião Ordinária da CT-MH, que ocorreu no Auditório do Parque da Cidade, em Jundiaí/SP; f) foi realizada, pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, um comparativo sobre a participação das instituições nos formatos presencial e não presencial, resultando em maior adesão no formato online. Foi levantado também as “potenciais” exclusões de entidades faltantes, tendendo para o aumento das exclusões no formato presencial. O levantamento foi baseado nos mandados 2017-2019 e 2021-2023; g) em 20 e 21/10/2022, ocorreu o workshop "Reúso da água, remoção de nutrientes e tratamento do lodo", organizado pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA). O objetivo do evento foi aprofundar discussões sobre o papel dos municípios, empresas e indivíduos na promoção e

na melhoria das condições de saneamento ambiental nas Bacias PCJ, enfatizando a eficiência dos sistemas de tratamento de esgotos e a viabilidade da utilização de águas de reúso. Em 21/10/2022, ocorreram as visitas técnicas na Estação de Produção de Água de Reúso (EPAR) Capivari II e na Usina Verde de Compostagem, em Campinas/SP; h) em 25/10/2022, correu a 1ª Oficina sobre Plano Municipal de Segurança da Água da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM), durante a 96ª Reunião Ordinária da CT-SAM. Na ocasião foi apresentado o Termo de Referência (TR) e planilha orçamentária para “Contratação de empresa de engenharia para elaboração de Plano Municipal de Segurança da Água (PMSA)”, visando auxiliar os sistemas de abastecimento público das Bacias PCJ. A discussão foi iniciada na CT-SAM após a aprovação do Guia Prático para o Desenvolvimento de Planos Municipais de Segurança da Água (Deliberação dos Comitês PCJ nº 335/20) e discutido no GT-PSA (3ª, 4ª e 5ª Reuniões - 17/12/21, 26/01/22 e 24/08/22). Link para acesso ao modelo de TR: [https://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=131:ct-sam-documentos&catid=42:ct-sam-saude-ambiental&Itemid=3](https://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=131:ct-sam-documentos&catid=42:ct-sam-saude-ambiental&Itemid=3) 14; i) O IV Sustentare – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas e o VII WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade ocorrerão entre 16 e 18/11/2022, mediante colaboração entre PUC-Campinas; Escola de Engenharia da USP de São Carlos e Comitês PCJ (GT Indicadores e Monitoramento – CT-RN e CT-ID). As inscrições podem ser realizadas através do link: [https://www.even3.com.br/sustentare\\_wipis\\_2022](https://www.even3.com.br/sustentare_wipis_2022); j) em 18/11/2022, o CBH-PCJ celebrará aniversário de instalação e completará 29 anos. O CBH-PCJ (comitê paulista) é o mais antigo dos três colegiados que compõem os Comitês PCJ (instalado em 1993). Os outros dois colegiados que integram os Comitês PCJ fizeram aniversário em março, sendo que o PCJ FEDERAL (instalado em 2003), completou 19 anos e o CBH-PJ1 (instalado em 2008), completou 14 anos; k) a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), está com inscrições abertas para diversos cursos de capacitação voltadas à gestão das águas. Os cursos são gratuitos, de curta duração e realizados por ensino a distância (EaD), com a emissão de certificados. O fomento a capacitação está previsto no Plano de Capacitação dos Comitês PCJ 2022-2025, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 400/21, de

# Comitês PCJ



COMITÊS PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 87ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 10/11/2022 – 09:00 horas

10/12/2021. Os certificados devem ser encaminhados para a SE/PCJ, para registro em banco de dados. Inscrições e maiores informações podem ser obtidas pelo link: <https://capacitacao.ead.unesp.br/>; e l) a 28ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1) ocorrerá em 07/12/2022, de modo presencial no Armazém 14 do Engenho Central de Piracicaba, em Piracicaba/SP, às 9:30 horas. O Sr. André solicitou aos membros que reservem a data em suas agendas de trabalho. **14.2 da Fundação Agência das Bacias PCJ.** Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e informou que: a) ocorreu em 03/11/2022, a reunião do Conselho Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ e em 04/11/2022 a reunião do seu Conselho Deliberativo. Dentre os assuntos abordados, os Conselhos aprovaram o Plano de Trabalho e o Orçamento da Fundação Agência das Bacias PCJ, para o exercício 2023; b) a partir de 16/11/2022, será encaminhado aos membros dos Comitês PCJ, via e-mail, formulário para a participação na pesquisa de reconhecimento social, que tem como objetivo avaliar, por meio da opinião dos membros dos Comitês PCJ, as atividades desenvolvidas, a atuação e o desempenho da Fundação Agência das Bacias PCJ, considerando os aspectos técnicos e administrativos, bem como a gestão de recursos hídricos nas Bacias PCJ. O Sr. Ivens solicitou a colaboração de todos; c) na sequência, a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que ocorreu em 05/11/2022, no Centro Rural do Pinhal, em Limeira/SP, o plantio comemorativo do Projeto Conservadores do Tabajara. Foi a finalização da entrega dos Projetos Integrais de Propriedade – PIPs de 114 propriedades rurais da microbacia do Ribeirão Tabajara e início do processo de contratação da execução das intervenções de plantio pela Fundação Florestal, no TAC Bandeirantes, com o apoio técnico da Assessoria Ambiental da Fundação Agência das Bacias PCJ; e d) em 05/11/2022, a Fundação

Agência das Bacias PCJ comemorou seu 13º aniversário. **14.3 dos membros dos Comitês PCJ:** Em seguida, o Sr. André franqueou a palavra para que os demais membros pudessem fazer seus informes: a) o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), informou que o Consórcio PCJ lançou uma versão digital do livro “Três Décadas de Conservação das Matas Ciliares nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Programa de Proteção aos Mananciais do Consórcio PCJ: pioneiro em reflorestamentos ciliares”, que narra os sucessos e desafios das ações de recuperação e preservação de matas ciliares da região, a partir da compilação de textos das experiências acumuladas desde 1991 com o início do Programa de Proteção aos Mananciais das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. O Sr. Francisco reforçou a importância da continuidade das ações do Grupo de Trabalho “Operação Estiagem PCJ”. Em seguida, informou que ocorreu em 08/11/2022 a Reunião do Conselho Fiscal do Consórcio PCJ; b) o Sr. Rodrigo Hajjar Francisco, representante do Fórum das Américas, parabenizou a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ pelos trabalhos em razão do Processo Eleitoral dos Comitês PCJ, para o mandato 2023-2025. Relembrou a todos sua representação na 5ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH) que ocorrerá nos dias 07 e 08/12/2022, em Natal/RN; e c) o Sr. Luiz Alberto Buschinelli Carneiro, representante da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, convidou a todos para participar do 12º Seminário Paulista de Água e Saúde (SAS), que ocorrerá entre os dias 05 e 08 de dezembro de 2022. O evento será promovido pelo Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo, em parceria com a Faculdade de Saúde Pública e Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, abordando o tema “Clima, água e saúde”, de modo online e gratuito, podendo ser acessado por meio do link: <https://bit.ly/12°sas2022>. **15. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. André agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião.

*André Luiz Sanchez Navarro*  
Secretário-executivo do CBH-PCJ e  
do PCJ FEDERAL e Coordenador da  
Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)

011.04.02.006